Promover a igualdade faz a diferença CNPJ: 16.987.837/0001-06



Secretaria de Infraestrutura e Logística

RELATÓRIO DA DIRETORIA

NIRE: 43300055113 www.egr.rs.gov.br

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e o presente relatório da administração: A Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. -EGR é uma empresa pública, vinculada à SEINFRA, criada para administrar as estradas com pedágio pertencentes ao Estado do Rio Grande do Sul. Ela foi criada em 29 de junho de 2012 (Lei nº 14.033/2012), com o objetivo de administrar as estradas pedagiadas do Estado, transformando todos os pedágios em comunitários e, com isso, garantindo a queda dos valores das tarifas. Após 15 anos de cobrança dos pedágios privados estabelecidos através do Programa Estadual de Concessão de Rodovias (PECR), o Governo de Estado debateu com a comunidade gaúcha um novo modelo de gestão das estradas e estabeleceu um sistema público de pedagiamento em trechos anteriormente privados que foram colocados sob a gestão da EGR. A partir do processo de diálogo com a sociedade sobre o modelo de gerenciamento das estradas a EGR recebeu contribuições de diversos segmentos, inclusive do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES-RS), através de sua câmara temática, com sugestões destinadas a garantir estradas de qualidade, mobilidade social e escoamento da produção. Ao longo do ano de 2013, ano de encerramento dos contratos de concessão, as rodovias federais pedagiadas passam a ter sua administração sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e as rodovias estaduais passaram a ser, gradativamente, gerenciadas pela EGR, a exceção da praça de pedágio de Farroupilha que foi extinta. O novo modelo consolidado tem como diferencial a redução do valor das tarifas, a criação de mecanismos permanentes de fiscalização pública, transparência e controle social, consulta prévia às comunidades para definição das prioridades para cada localidade onde há alteração de modelo e ainda a destinação de todos os recursos arrecadados para as estradas, com o objetivo de manter e melhorar seu estado de conservação. O balanço do primeiro ano de operação EGR revela que cerca de R\$ 15

milhões já foram revertidos em manutenção e obras imprescindíveis à segurança dos usuários, sendo que a meta é utilizar 80% dos recursos nas rodovias. Esse percentual é suficiente para manter a malha viária, seus serviços e ainda investir na estrada

Recuperação e restauro das rodovias ERS-122, RSC-287, ERS-240, RSC-453, ERS-130, ERS-129 e ERS-235: Em 2013, a EGR lançou para obras de recuperação e re de um total de 678,38 quilômetros. O valor somado desses obras é de cerca de R\$ 158

Manutenção rodoviária de rotina: Roçada, capina, corte e poda de árvores, instalação de placas, tapa buraco e recuperação de guard rail, num total de pouco mais de R\$ 12,4 milhões (valor anual).

Construção de passarela em Parobé: A construção de uma passarela sobre a ERS-239 em Parobé que será concluída em abril de 2014.

Recuperação de pavimento nas rodovias ERS-130, ERS-135: As obras nos trechos da ERS-130 em Lajeado e da ERS-134 entre Passo Fundo e Coxilha já foram executadas, totalizando 16,6 quilômetros recuperados. O custo somado é de pouco mais de R\$ 4,1

Acesso provisório à UFFS, na ERS-135, em Erechim: A EGR lançou edital para a construção, implementação e pavimentação de acesso provisório à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) na ERS-135 em Erechim. A obra está suspenso por questões

Manutenção e conservação de sinalização horizontal e dispositivos de segurança: A EGR executou obras de manutenção e conservação da pintura e inclusão de tacha e

Fornecimento de placas de sinalização horizontal: Execução permanente

Manutenção da ponte sobre o Arroio Cadeia, na ERS-122: Obra executada.

Recuperação do aterro e acostamento na rodovia ERS-240: As obras de recuperação do aterro e do acostamento nos quilômetros 18 e 19 da rodovia já foram executadas

Serviço de tapa buraco nas rodovias ERS-122, ERS-129, ERS-130, ERS-240 e RSC-453: As obras já foram executadas.

Convênios: A EGR assinou convênios com o Corpo de Bombeiros da Brigada Militar do Estado e com o Detran para atendimento de resgate e salvamento de vítimas com lesão corporal em acidentes de trânsito e para remoção de veículos com pane mecânica

Educação para Segurança no Trânsito: A iniciativa, que faz parte do programa promovido pela ONU para a Década Mundial de Ação pela Segurança no Trânsito, realiza atividades educativas, campanhas de conscientização e ações de fiscalização.

Criação dos COREPES: o Conselho de Administração da EGR aprovou o modelo a ser adotado para a implantação dos Conselhos Comunitários das Regiões das Rodovias Pedagiadas, os Corepes. Serão oito Conselhos, nos quais as comunidades terão participação decisiva nas políticas e nas decisões sobre prioridades quanto a vestimentos e conservação das rodovias.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2013

Luiz Carlos Bertotto Diretor-Presidente CPF nº 366.945.920/00

Rubens Lahude CPF nº 001.814.630/91 Carlos Artur Hauschild Diretor Adm. e Financeiro CPF nº 760.531.560/00

Rubem Frederico Masera e Silva Contador CRC/RS 078309 CPF nº 387.554.670/91

	Nota		31/12/2013	31/12/2012	Nota	31/12/2013	31/12/2012	
ATIVO		59.022.113,86	306.702,88	PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		59.022.113,86	306.702,88	_
ATIVO CIRCULANTE		58.294.745,64	306.702,88	PASSIVO		28.690.620,54	69.535,46	
DISPONIBILIDADES		43.573.466,20	306.702,88	PASSIVO CIRCULANTE		28.690.620,54	69.535,46	
Bancos C/Corrente		1.072.141,96	1.785,59	Obrigações Trabalhistas		380.191,77	53.594,48	
SIAC		42.501.324,24	304.917,29	Fornecedores		4.141.590,09	-	
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO		14.530.142,69	-	Tributos Contribuições Federais		17.613.658,81	-	
Arrecadação das Praças		5.310.141,35	-	Tributos Municipais	4	3.524.454,87	-	
Adiantameno a Empregados		2.351,19	-	Outras Contas a Pagar	6	2.471.179,66	15.940,98	
Impostos a Recuperar		9.217.650,15	-	Provisão p/Penalidades Contratuais		559.545,34	-	
ESTOQUES		135.748,80	-					
Material de Expediente		9.292,80	-					
Material Rodovias		126.456,00	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5	30.331.493,32	237.167,42	
DESPESAS ANTECIPADAS		55.387,95	-	CAPITAL SOCIAL	5.1	500.000,00	500.000,00	
Despesas Antecipadas		55.387,95	-	Capital Subscrito		31.000.000,00	1.000.000,00	
				Capital a Integralizar		(30.500.000,00)	(500.000,00)	
ATIVO NÃO CIRCULANTE		727.368,22	-	RESERVA DE LUCROS	5.2	29.831.493,32	-	
IMOBILIZADO	3	684.740,55	-	Reserva Legal	5.2.1	1.504.737,53	-	
Imobilizado		696.397,59	-	Reserva Retenção Lucros	5.2.2	28.326.755,79	-	
Depreciação Acumulada		(11.657,04)	-	PREJUÍZOS/ LUCROS ACUMULADOS			(262.832,58)	
INTANGÍVEL		42.627,67	-	Prejuízos Acumulados 2012			(262.832,58)	
Intangível		45.104,00	-					
Amortização Acumulada		(2.476,33)	-					

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2013

 RE	SERV	AS D	E LU	CROS
 RE	SERV	AS D	E LU	CROS

				LUCROS OU	IOIAL DO
	CAPITAL REALIZADO	Reserva Legal	Reserva Ret. Lucros	PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31.12.2011	-	-	-	-	0,00
Intgralização	500.000,00				500.000,00
Ajuste exercício anterior	-	-	-		0,00
Lucro líquido exercício	-	-	-	(262.832,58)	(262.832,58)
Destinação :					0,00
- Reserva legal	-	-	-	-	0,00
 Reserva estatutária 	-	-	-	-	0,00
Saldo em 31.12.2012	500.000,00	0,00	0,00	(262.832,58)	237.167,42
Ajuste exercício anterior (5.2.3)				(424,79)	(424,79)
Lucro líquido exercício				30.094.750,69	30.094.750,69
Destinação:					0,00
Reserva Legal		1.504.737,53		(1.504.737,53)	0,00
Reserva Retenção Lucros			28.326.755,79	(28.326.755,79)	0,00
Saldo em 31.12.2013	500.000,00	1.504.737,53	28.326.755,79	0,00	30.331.493,32

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012

A Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR - é uma empresa pública de capital fechado controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, constituída sob a forma de sociedade anônima, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações, mediante autorização da Lei Estadual nº 14.033, de 29 de junho de 2012, vinculada à Secretaria de Infraestrutura e Logistica - SEINFRA - e regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 49.593, de 19 de setembro de 2012. A EGR sujeitar-se-á ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários. A empresa tem sede e foro na cidade de Porto Alegre podendo criar escritórios regionais no Estado do Rio Grande do Sul e possui prazo de duração indeterminado.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e

subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pela IASB, e as Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

2.2 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. Receita de pedágio - As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registrados no resultado quando da passagem do usuário pela

Receita de rendimento de aplicações financeiras - Os rendimentos referente às aplicações financeiras (SIAC) são registrados mensalmente como receita financeira.

2.3. Regime de contabilização

As receitas e despesas foram apropriadas com base no regime de competência

São compostas pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo de alta liquidez, utilizados para cumprimento de obrigações de curto prazo.

2.5. Imobilizado

Os bens adquiridos pela EGR estão demonstrados pelo valor do custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear pelas taxas vigen

Os impostos são calculados de acordo com a Legislação Tributária em vigor

3. Imobilizado Recebido das Concessionárias

Os bens recebidos pela EGR, originários do patrimônio das Concessionárias responsáveis pelas praças de pedágio, foram transferidos no exercício de 2013, sem especificação de valor, estão os mesmos sendo analisados, classificados e avaliados por comissão técnica especialmente designada e serão incorporados posteriormente ao patrimônio da EGR, por essa razão não figuraram no imobilizado da empresa.

4. Imposto Sobre Servico de Qualquer Natureza

O ISSQN devido pela EGR sobre a prestação de serviços é mensalmente registrado em conta do passivo circulante mas não ocorreu pagamento em 2013 pois a matéria está sendo discutida no âmbito jurídico quanto à imunidade tributária. Pelo princípio da prudência, os valores totalizando R\$ 3.428.798,11, foram registrados no pass

5. Patrimônio Líquido

5.1. Capital Social

O capital social é de R\$ 31,000,000,00 (trinta e um milhões de reais), dividido em trinta e um milhões de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Capital Socia previsto no Estatuto da EGR publicado em 19 de setembro de 2012 através do Decreto no 49.593 era de R\$ 1.000.000,00 sendo R\$ 500.000,00 integralizados. Houve a subscrição do capital social em dezembro de 2013 no valor de R\$ 30.000.000.00 com base na Lei nº 14.372 de 13 de dezembro de 2013 e no Decreto nº 51.034 de 17 de dezembro de 2013.

5.2. Reservas de lucros

5.2.1. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e art. 20 do Estatuto Social.

5.2.2. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros está representada pelo saldo remanescente do lucro líquido dos exercícios, após as destinações legais.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	RECEITA BRUTA OPERACIONAL	31/12/2013	31/12/2012
	RECEITAS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	89.531.710,79	
	Prestações de Serviços	89.531.710,79	-
	DEDUÇÕES DA RECEITA	(11.853.282,38)	-
	PIS	(552.755,36)	-
	COFINS	(2.551.178,51)	-
	ISSQN	(3.428.798,11)	-
	Isentos	(5.044.402,70)	-
	Multipassagem	(79.556,10)	-
	Isentados	(196.591,60)	-
	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	77.678.428,41	-
	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(28.313.541,75)	-
	Serviços de Terceiros PJ	(1.137.410,74)	-
	Manutenção Conservação de Rodovia	(10.592.983,84)	-
	Manutenção Conservação de Intalações	(15.057.900,83)	-
	Convênios	(1.479.558,02)	-
	Ressarcimento Usuários	(45.671,82)	-
	Reembolso Usuários	(16,50)	-
	RECEITAS DIVERSAS	24,60	-
	Receitas Diversas	24,60	-
	DESPESAS OPERACIONAIS	(4.585.049,09)	(262.883,79)
	Despesas Administrativas	(4.585.049,09)	(262.883,79)
	RECEITA ANTES DO MOVIMENTO FINANCEIRO	44.779.862,17	(262.883,79)
	Receitas Financeiras	734.416,59	86,21
_	Despesas Financeiras	(12.269,97)	(35,00)
	LUCRO ANTES PROVISÃO IRPJ E CSLL	45.502.008,79	(262.832,58)
	Provisão IRPJ	(11.312.077,31)	
	Provisão CSLL	(4.095.180,79)	(000 000 00)
	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	30.094.750,69	(262.832,58)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31/12/2013

Fluxo de Caixa Operacional	2013	2012
Lucro Líquido	30.094.750,69	(262.832,58)
Despesas com Depreciação	11.657,04	
Despesas com Amortização	2.476,33	
Ajustes Exercícios Anteriores	(424,79)	
Aumento/Diminuição do Ativo		
Arrecadação das praças	(5.310.141,35)	
Adiantamentos	(2.351,19)	
Estoques	(135.748,80)	
Despesas antecipadas	(55.387,95)	
Aumento/Diminuição do Passivo		
Obrigações trabalhistas	326.597,29	53.594,48
Fornecedores	4.141.590,09	
Obrigações Fiscais	23.593.352,36	15.940,98
Provisões	559.545,34	
Caixa Líquido Atividades Operacionais	53.225.915,06	(193.297,12)
Fluxo de Caixa Investimentos		
Aquisição de imobilizado	(696.397,59)	
Aquisição de intangível	(45.104,00)	
Aumento/Diminuição de impostos a recuperar	(9.217.650,15)	
Caixa Líquido Atividades Investimentos	(9.959.151,74)	-
Fluxo de Caixa Financiamentos		
Novos Empréstimos		
Amortização de Empréstimos		
Integralização de Capital		500.000,00
Caixa Líquido Atividades Financiamentos	-	500.000,00
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	43.266.763,32	306.702,88
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	306.702,88	_
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	43.573.466,20	306.702,88

5.2.3. Aiustes de avaliação patrimonial

Refere-se a ajustes de exercícios anteriores, efetuados com fundamento na Lei 6.404/76, Art. 186, parágrafo 1º, cuja soma é de R\$ 424,79.

6. Remuneração dos investidores

Os Juros sobre Capital Próprio foram calculados com base no Patrimônio Líquido e na TJLP fixada pelo Conselho Monetário Nacional trimestralmente. Nos quatro trimestres de 2013 a

7. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para contingências são baseadas nas avaliações de risco de perda efetuadas pelos assessores iurídicos da EGR nos processos judiciais pendentes na data do balanço. A EGR responde por de 23 processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível. Os processos são avaliados pela área jurídica e classificados segundo o grau de ri perda para a empresa; tais como: perda remota, perda possível e perda provável. Com base nessas avaliações é dado o seguinte tratamento contábil:

- 1* perda provável = efetua-se provisão e menciona-se em Nota Explicativa 2* perda possível = não se provisiona, mas menciona-se em Nota Explicativa
- 3* perda remota = não se provisiona e nem se menciona em Nota Explicativa

7.1 Perdas possíveis - não provisionadas

Em 31,12,2013, os valores dos 23 processos judiciais, foram avaliados como sendo de grau

CONTINUA



Promover a igualdade faz a diferença



Secretaria de Infraestrutura e Logística

de risco de perda possível e não provisionados, sendo estimados em valor mínimo total de R\$ 108.247,01 mil, como segue, de acordo com a natureza das ações:

Nº Processo	Valor demanda
18	71.943,01
4	35.000,00
1	1.304,00
23	108.247,01
	18 4 1

8. Medida Provisória nº 627 - Impactos

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que dentre outras providências, revoga o Regime Tributário de Transição (RTT). Com vigência a partir de 2015, mas com opção de adoção antecipada para 2014.

A Administração da Empresa, com base no conhecimento de seus negócios, das operações realizadas e data do início de suas operações considerando sua melhor interpretação do atual

texto da referida Medida Provisória, avaliou e concluiu que a implementação, antecipada ou não, das medidas contidas na referida MP, não ocasionaria impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

Outrossim, considerando a elevada quantidade de emendas já propostas, o texto original até sua conversão em Lei poderá ser alterado substancialmente, sujeitando possível revisão de

Porto Alegre. 31 de dezembro de 2013.

Luiz Carlos Bertotto Diretor - Presidente CPF nº 366.945.920/00

CNPJ: 16.987.837/0001-06 NIRE: 43300055113

www.egr.rs.gov.br

Rubens Lahude Diretor Técnico CPF n° 001.814.630/91 Carlos Artur Hauschild Diretor Adm. e Financeiro CPF nº 760.531.560/00 Rubem Frederico Masera e Silva

Contador CRC/RS 078309 CPF nº 387.554.670/91

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Eldorado do Sul, 02 de abril de 2014.

Ilmos. Srs.
ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS da
EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S/A-EGR

Examinamos as demonstrações financeiras da EMPRESA GAÚCHADE RODOVIAS S.A. - EGR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como, o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas, requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S/A – EGR em 31 de dezembro de 2013, o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa 3, a Empresa aguarda valoração dos bens de uso oriundos de Concessionárias, em 2013, para fins de incorporação ao seu patrimônio contábil, o que ocorrerá após a comissão técnica constituída, implementar o processo avaliatório.

Conforme o descrito na nota explicativa 4, a Empresa registra em seu passivo dívida fiscal com diversas Prefeituras Municipais, no montante original de R\$ 3.428.798,11, em 31 de dezembro de 2013, correspondente ao ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, sobre as operações das praças de pedágios, matéria que está sendo discutida no âmbito jurídico, quanto à imunidade tributária.

Outros assuntos

Os registros contábeis e as operações da Empresa estão sujeitos a exames pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante os prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação específica aplicável a cada espécie de tributo.

Nosso relatório de auditoria está sendo emitido antes de as demonstrações financeiras descritas no primeiro parágrafo e respectivas notas explicativas serem formalmente examinadas pelo Tribunal de Contas do Estado, pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado e pelo Conselho Fiscal da Empresa, os quais poderão ter interpretações próprias ou considerações adicionais sobre as referidas demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram preparadas em observância ao princípio contábil da continuidade operacional.

As demonstrações contábeis do exercício anterior, levantadas em 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparabilidade, não foram examinadas por auditores



AUDILINK & CIA. AUDITORES CRC/RS - 003688/F0 NÉLSON CÂMARA DA SILVA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Empresa Gaúcha de Rodovias S/A-EGR, nos termos da lei e dos estatutos sociais, examinamos o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado e demais demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, todas em comparabilidade ao exercício social de 2012. Da análise procedida, inferimos que as Demonstrações Financeiras, lidas em conjunto com as Notas Explicativas, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e, as manifestações deste Colegiado proferidas em relatórios de suas Reuniões Ordinárias, representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição econômico-financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2013. Opinamos, ainda, favoravelmente sobre a Proposta de destinação do Resultado do Exercício, oriunda dos Órgãos da Administração da Companhia.

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA EGR

Paulo Cesar Santana Nunes Presidente

Delmar Henrique Backes

Alexandre Vilmar Jacoby Stolte
Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo-assinados, membros do Conselho de Administração da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório Anual da Diretoria, as Demonstrações Contábeis e a Proposta de Destinação do Lucro Líquido, referente ao exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e treze, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva e considerando os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, deliberam favoravelmente sobre os referidos documentos e propõem sua aprovação por parte dos Acionistas da Companhia. Porto Alegre, 22 de abril de 2014.

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO João Luis De Matos - Presidente

Secretaria Infraestrutura e Logística - SEINFRA

Luis Antônio Medina Gomez Secretaria da Fazenda - SEFAZ

José Antônio Voltan Adamoli

Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDES

José Carlos Silvano

Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Logística no Estado do RS - SETCERGS

Luiz Carlos Bertotto Diretor-Presidente da EGR

Carlos Alberto Dahmer Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga - SINDITAC

Cloraldino Soares Severo
Associação dos Usuários de Rodovias Concedidas do Estado do RGS ASSURCON

Ricardo Zamora

Casa Civil

João Alberto VieiraRepresentante do Governador do Estado do RS

Ney Michelucci Rodrigues Federação das Associações de Municípios do RGS - FAMURS

Gerri Machado Ribeiro ecretaria Planejamento Gestão e Participação Cidadã - SEPLAG